

Alternativa para uma educação democrática na América

Rede Social de Educação Pública nas Américas - Rede SEPA

Iniciativa Democrática para a Educação nas Américas

Índice

Alternativa para uma educação democrática na América.....	1
I. introdução.....	3
II Premissas básicas.....	4
III Princípios para uma educação democrática.....	6
1. O princípio da transformação social.....	6
2. Princípio da justiça.....	6
3. Princípio da integridade.....	6
4. Princípio da cientificidade.....	6
5. Princípio da unidade teórico-prática.....	6
6. Princípio da continuidade.....	7
7. Princípio Axiológico.....	7
IV Metas e objetivos.....	7
V. O conteúdo fundamental.....	8
1. Direitos humanos.....	8
2. Solidariedade.....	8
3. liberdade.....	9
4. Ciência-humanismo-tecnologia.....	9
5. Ecologia e desenvolvimento sustentado.....	9
6. Interculturalidade e bilinguismo.....	9
7. Tolerância e respeito pelas diferenças.....	10
8. Identidades culturais.....	10
9. Progresso e desenvolvimento social.....	10
10. Patriotismo e soberania nacional.....	10
11. participação democrática.....	10
VI Direção Administrativa da Escola.....	10
1. A escola do trabalho.....	11
2. Relação permanente entre teoria e prática.....	11
3. Liderança coletiva e democrática.....	11
4. Processo coletivo de ensino-aprendizagem.....	11
5. Relacionamento interdisciplinar.....	11
6. Coeducação para todos.....	12
7. Autodesenvolvimento pessoal e coletivo.....	12
VII O sistema escolar.....	12
VIII Condições.....	13
IX Perfil de Ensino.....	13
X. Procurando um destino comum.....	15

A seguinte proposta foi preparada por José Ramos Bosmediano, então Secretário Internacional da União Unitária dos Trabalhadores da Educação do Peru, para apresentar à Conferência Hemisférica IDEA (Iniciativa Democrática para a Educação nas Américas) em Quito, Equador, em outubro de 1996. A conferência, organizada pela Rede Social para Educação Pública nas Américas (Red SEPA), reuniu mais de 75 representantes de professores, alunos, mães e pais, mulheres, trabalho, organizações comunitárias e indígenas de 24 países americanos. discutir estratégias comuns para superar os desafios enfrentados pela educação pública no hemisfério ocidental.

O documento foi discutido e revisado no plenário da Conferência IDEA e, em seguida, foi submetido a consultas e análises adicionais em assembleias regionais que reuniram mais de 100 organizações participantes da Rede SEPA. A versão mais recente do documento "Alternativa para a educação democrática na América" foi revisada em setembro de 2001.

Os outros documentos da Conferência Hemisférica da IDEA estão disponíveis no site da Rede SEPA www.vcn.bc.ca/idea

O que é a rede social de educação pública nas Américas?

Hoje, a educação pública enfrenta novos desafios semelhantes em diferentes países. No Hemisfério Ocidental, o processo de construção da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) inclui iniciativas diretamente ligadas à educação. Os governos das Américas estão negociando a ALCA através de uma série de reuniões denominadas processo de Cúpulas das Américas.

A Rede SEPA tem como objetivo conectar organizações da sociedade civil do continente que compartilham a preocupação de proteger e melhorar a educação pública; como um direito humano essencial ao desenvolvimento democrático. A Rede trabalha em conjunto com outros grupos da sociedade civil preocupados com o impacto do processo da ALCA. Essas organizações incluem a Educação Internacional (IE), a Confederação de Educadores Americanos (CEA) e a Aliança Social Continental.

O que a Rede Social para a Educação Pública nas Américas faz?

A Rede SEPA realiza pesquisas, desenvolve redes e publicações de comunicação e organiza conferências. O objetivo de nossas atividades é promover a compreensão do impacto das políticas neoliberais na educação nas Américas e propor maneiras alternativas de desenvolver a educação pública, inclusiva e democrática.

A Rede também serve para mobilizar apoio a educadores, estudantes e outros que são reprimidos em seus países pelas atividades que realizam em apoio à educação pública e democrática.

Alternativa para uma educação democrática na América.

I. introdução

Na América, existem duas realidades históricas, econômicas e sociais. Os EUA e o Canadá constituem uma realidade marcada pelo que é chamado de desenvolvimento e liderança mundial nos índices de desenvolvimento humano, devido à sua localização no concerto do “Primeiro Mundo”. Os países da América Latina e do Caribe estão localizados no pólo da pobreza, que ele chama de eufemismo de organizações internacionais "países emergentes".

A distinção é importante quando pretendemos desenvolver uma educação alternativa comum para a América. Até que ponto será possível que os povos e cidadãos de ambas as realidades concordem com um projeto comum de reforma educacional? Não seria uma ilusão ou uma utopia inviável estabelecer um objetivo comum para nós diante do imenso fosso entre um mundo que alcançou inegáveis avanços tecnológico-científicos e nos padrões de vida de sua respectiva população, e outro que permanece preso no subdesenvolvimento, o atraso em todos os níveis, instabilidade de seus processos políticos e subordinação de suas economias às decisões tomadas no Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional? Por que no passado, antes da década atual, não delineamos essa estratégia de ação comum se os problemas derivados das desigualdades entre as duas realidades já existiam?

Acima de tudo, a última pergunta merece uma resposta prioritária para entender o propósito que a Trinacional em Defesa da Escola Pública delineou por alguns anos. Hoje estamos diante da estratégia neoliberal do capitalismo e da globalização que unifica suas políticas econômicas, sociais e culturais. A compressão dos resultados negativos dos ajustes estruturais que o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional impõem a cada um dos países da América Latina e do Caribe cresce.

No campo da educação, não há dúvida de que o neoliberalismo promove e aplica políticas que reduzem o progresso feito na democracia educacional, ao mesmo tempo em que introduz elementos ideológicos - como individualismo e pragmatismo - contrários aos ideais de justiça, solidariedade, igualdade de direitos e oportunidades.

O Acordo de Livre Comércio e o NAFTA, como parte das "Iniciativas das Américas", aprofundam a aplicação de políticas neoliberais, prejudicando bastante as populações de países desenvolvidos, incluindo os EUA, EUA e Canadá. A ânsia expansionista do TLC do NAFTA em toda a América não está em dúvida.

Conforme explicado na IV Conferência Trinacional em Defesa da Escola Pública (Querétaro, México, 7-8 de novembro de 1998), as decisões do neoliberalismo afetam em todos os lugares, limitam a capacidade dos estados e dificultam o trabalho e as realizações no sentido de justiça social.

A oposição às reformas educacionais promovidas pelo neoliberalismo está crescendo. Mas não basta apenas se opor. Devem ser criadas alternativas e estratégias viáveis para defender as escolas públicas e o direito à educação, promovendo a superação dos problemas da educação pública em cada um dos países das Américas. A construção ou elaboração de uma Alternativa para uma Educação Democrática na América constituirá uma resposta à deterioração dos sistemas educacionais pelo neoliberalismo, mas também deve significar um novo projeto educacional. Não pode ser uma mera resposta à crise atual, mas uma projeção renovadora para o século XXI.

A Trinational junta-se, como uma área maior, às correntes nacionais que desafiam as reformas educacionais neoliberais e trabalham para o desenvolvimento de novos projetos de educação para seus países. Quase todos os sindicatos de trabalhadores da educação são animados pelas mesmas preocupações que os Trinacionais.

Uma alternativa educacional democrática para a América levará em conta não apenas os elementos comuns, mas também as diferenças e pluralidades existentes em cada país.

II Premissas básicas

1. A crise educacional atravessa a América. Nos últimos 20 anos, essa crise foi tratada pelo neoliberalismo com dois critérios fundamentais:

- a) uma concepção de educação em empresas mercantis, sob o domínio do livre mercado e o treinamento individualista e pragmático de crianças e jovens;
- b) o critério de economia de impostos que requer a extensão da natureza privada da educação com a conseqüente destruição da escola pública gratuita e universal.

A partir de tais critérios, o conteúdo curricular e os métodos pedagógicos são gerenciados; seleção de professores e administração; o domínio da visão é a gerência e os rentistas da escola.

A crise educacional, sendo uma realidade indubitável, requer uma resposta. O neoliberalismo dá o seu próprio.

Quem defende a escola pública e seu caráter democrático é nosso.

2. No entanto, na América há quatro níveis no desenvolvimento da educação:

- a) Nos Estados Unidos e no Canadá, a maioria dos estudantes tem acesso a uma boa qualidade e educação extensiva, tanto nas artes quanto nas ciências. Os jovens, em sua maioria, completam 12 anos do ensino fundamental e, no Canadá, a maioria tem algum acesso ao ensino superior.

Mas dentro dessa aparente abundância, existem crescentes desigualdades. Nos Estados Unidos, são investidos muito mais recursos na educação das crianças das classes alta e média do que na das minorias pobres e étnicas. A educação no Canadá também sofre com suas desigualdades, mesmo que sejam menores que as dos Estados Unidos. As crianças indígenas, em particular, enfrentam mais barreiras à educação do que outras crianças. A globalização, os laços políticos neoliberais e os acordos comerciais provocaram cortes em programas públicos, incluindo a educação, e aceleraram a privatização nesse campo.

- b) A educação na América Latina, com exceção de Cuba, é verdadeiramente atrasada e com profundas desigualdades entre classes sociais, entre educação urbana e rural, entre educação para mestiços e minorias étnicas; e com a aplicação de políticas neoliberais, está produzindo o aprofundamento das desigualdades e a desintegração de certos valores positivos que foram conquistados; e uma educação em que o divórcio entre escola e vida, entre escola e trabalho, é mais visível e alarmante;

- c) No Caribe de língua inglesa, a maioria dos países desenvolveu sistemas escolares baseados no modelo de educação pública britânica. Esses países atingiram níveis relativamente altos de escolaridade

e escolar, mas nos últimos anos essas conquistas estão ameaçadas pela introdução das mesmas medidas de ajuste estrutural que afetaram os países da América Latina nas últimas duas décadas. Os países do Caribe também enfrentam um sério problema de abandono escolar de meninos adolescentes.

d) a educação cubana, sob responsabilidade exclusiva do Estado, de uma escola pública absoluta, de universalidade livre e plena, vinculada ao projeto de sociedade que se desenvolve naquele país.

Apesar das dificuldades econômicas que a ilha enfrenta, as matrículas escolares continuam quase universais e os estudantes cubanos demonstram níveis acadêmicos consistentemente altos.

3. Nos processos de educação latino-americana, não houve desenvolvimento dos postulados da escola pública moderna na mesma dimensão que a realizada nos sistemas educacionais dos países desenvolvidos. Da mesma forma, essas sociedades são marcadas por elementos econômico-sociais herdados do antigo colonialismo, com a ausência de revoluções democráticas, com traços quase permanentes de autoritarismo e centralismo, com profundas desigualdades sociais, sua educação é antidemocrática e elitista; o caráter científico está quase ausente; a coeducação funciona pouco; os povos indígenas fazem parte dos setores mais excluídos do serviço educacional.

É necessário detectar com precisão os aspectos positivos e as limitações e deficiências de cada realidade educacional, de forma que, a partir de um projeto global, sejam gerados projetos nacionais para cada realidade. Acreditamos que toda reforma educacional de cada país deve considerar sua própria realidade, partindo dela, sempre concreta, para transformá-la, desenvolvendo seus próprios valores e transformando elementos ou experiências estrangeiras em contribuições importantes, e não em receitas obrigatórias.

O que aconteceu em nossos povos latino-americanos, o que ainda está acontecendo, é que as reformas educacionais aplicadas não se enraizaram em todas as realidades. Foram missões estrangeiras, teorias abstratas, modelos estranhos aos nossos, os fatores que impediram o desenvolvimento de nossas potencialidades. Assim como na economia e na política, as classes dominantes carecem de criatividade e independência; na educação, nada fizeram além de imitar e se adaptar aos modelos hegemônicos ocidentais.

Não sabemos que em países como Uruguai, Argentina e Chile, principalmente, a escola pública moderna teve um desenvolvimento maior do que o restante, explicável pelo desenvolvimento que o capitalismo teve nesses países, por um lado; e devido à composição de sua população majoritária, com poucos conflitos étnicos, por outro lado. Mas nos países indicados, o neoliberalismo está produzindo um sério revés em termos de direito à educação, qualidade educacional, situação decente e, economicamente, cortes no orçamento. O que observamos hoje é que no Uruguai, Argentina e Chile as realizações do passado estão prestes a desaparecer.

Em resumo, nosso ponto de partida é a existência de uma crise educacional na América que requer uma resposta diferente da do neoliberalismo. Obviamente, não se trata apenas de dar uma resposta educacional. Além do educacional e pedagógico, há o fato econômico e o fato político.

III Princípios para uma educação democrática

A educação é guiada por certos valores. As metas, objetivos e políticas educacionais são baseadas nos valores fundamentais, aos quais nomeamos princípios.

1. O princípio da transformação social.

Exigimos um sistema educacional que promova a mudança da sociedade, o que significa formar atitudes na conscientização das crianças e jovens em relação à busca de uma nova sociedade, igualitária e solidária; educar para superar a atual situação de injustiça social, em maior ou menor grau, em cada um de nossos países.

2. Princípio da justiça.

Um novo sistema educacional deve ser construído para garantir oportunidades iguais para todos, independentemente de diferenças sociais, raciais, religiosas ou outras diferenças. Esse princípio pode ser formulado como um princípio de igualdade, mesmo quando o Banco Mundial cunhou o termo "equidade", que não reflete claramente a aspiração de nossos povos por justiça. O princípio da justiça é importante para definir e distinguir o sistema democrático ou não-democrático do seu sistema educacional; mas também a qualidade do ensino. Se não há oportunidades iguais para todos, não há qualidade educacional. O que é qualidade para alguns seria exclusão para outros. A qualidade não é apenas um problema de desempenho, mas de justiça, tem um conteúdo histórico.

3. Princípio da integridade.

É um postulado que nos obriga a garantir a plena formação de crianças e jovens, o pleno desenvolvimento de todo o potencial humano, incluindo, e com maior razão, os seres que são incapacitados de forma congênita ou acidental. A formação integral do ser humano supõe combinar adequadamente o treinamento científico-tecnológico ao científico-humanístico, dentro de um desenvolvimento saudável da educação politécnica. Nem o tecnocratismo pedagógico nem o humanismo gasoso constituem alternativas para a educação abrangente de crianças e jovens.

4. Princípio da cientificidade.

Tem vários significados. Primeiro, o feedback do processo educacional devido aos avanços científicos e tecnológicos; segundo, a formação da consciência crítica e racional do homem para a compreensão e aplicação das leis do desenvolvimento natural e social; terceiro, a eliminação de todas as formas de fanatismo e dogmatismo que anulam capacidades criativas e imaginativas, e que levam ao cultivo de certos fundamentalismos que estão se expandindo perigosamente hoje no mundo. Na educação na América Latina e no Caribe, uma das deficiências mais visíveis da educação e sua falta de cientificidade.

5. Princípio da unidade teórico-prática.

Tem a ver com a aplicação da Escola do Trabalho, a combinação de estudo com a vida, pesquisa com prática produtiva, superando o teorema vazio, mas também a limitação prática. O teorismo é herdado do passado; O praticismo é postulado e prático do pragmatismo que a corrente neoliberal tenta

universalizar como parte de sua globalização ideológica. A Escola do Trabalho está voltada para a formação de “produtores livres” integrais, não apenas no sentido de produção econômica de bens, mas no sentido amplo, que engloba a cultura e a autotransformação humana. Portanto, é uma pedagogia ligada à produção direta. Metodologicamente, é educação ativa.

6. Princípio da continuidade.

Refere-se ao imperativo atual da educação "para a vida", educação permanente para todos. Especialmente nos países da América Latina e do Caribe, a continuidade do processo educacional, além do culminar de estudos profissionais e também direcionado a setores atrasados no processo regular de treinamento, deve ser uma das preocupações mais importantes dos estados e governos. Educação ecológica, educação física, educação em saúde, entre outros tópicos, requerem tratamento eficaz que promova a formação de uma cultura comum que sirva o homem e a sociedade.

7. Princípio Axiológico.

Orientada para a promoção e desenvolvimento de valores superiores e positivos: justiça, igualdade, solidariedade, liberdade, valores democráticos e patrióticos, honestidade, verdade ...; ao contrário da axiologia neoliberal que faz do individualismo o valor mais alto de sua "modernidade", com lucro, "sucesso", competição baseada na eficácia do livre mercado.

IV Metas e objetivos

A partir dos princípios mencionados, é possível traçar algumas metas e objetivos que norteiam as políticas educacionais em cada um de nossos povos. Claro que não estamos dizendo notícias. A novidade seria colocá-los em prática, fazendo todos os esforços possíveis.

1. Os propósitos:

- a) treinamento completo e abrangente, desenvolvimento de todas as habilidades críticas e autocríticas, cultivo de iniciativa e criatividade;
- b) a formação de uma consciência democrática e patriótica, ligada à prática do compromisso social com os outros, não apenas no país onde se vive, mas também no nível continental e mundial.
- c) a formação de uma consciência focada na construção de uma sociedade justa;
- d) promover a compreensão, o conhecimento e a aplicação dos avanços científicos e tecnológicos em benefício dos povos e países, resgatando e desenvolvendo o legado popular;
- e) a criação de oportunidades educacionais iguais para todos;
- f) capacitar o aluno para a vida e o trabalho, com base na satisfação plena das necessidades humanas e sociais, no cultivo da experiência teórico-prática, priorizando o ativo no processo educacional;
- g) promover o cultivo de valores positivos.

2. Os objetivos:

- a) forjar a consciência nacional, de defesa e afirmação da soberania com base no princípio de não interferência nos assuntos internos dos países, de respeito mútuo;
- b) forjar a identidade cultural dentro da estrutura da pluriculturalidade de cada país e as diferenças existentes;
- c) desenvolver ciência e tecnologia de acordo com as necessidades de desenvolvimento de cada país;
- d) promover o desenvolvimento integral descentralizado e auto-sustentável de cada país no âmbito de seu projeto nacional;
- e) promover o desenvolvimento das manifestações culturais dos povos, sem negligenciar ou negligenciar os elementos culturais de outros e da humanidade;
- f) promover, com base na consciência nacional, a consciência americanista da integração sem interferência ou prática do colonialismo ou neocolonialismo, fortalecendo a consciência internacionalista de respeito mútuo, desenvolvimento comum e paz duradoura baseada na construção de um mundo com justiça social;
- g) promover a preservação e defesa dos recursos naturais das pessoas, fazendo uso racional delas dentro de um projeto de desenvolvimento sustentável de longo prazo.

V. O conteúdo fundamental

No processo educativo, os valores que sustentam um sistema educacional ou pedagógico tornam-se temas permanentes, tornando-se condições materiais e culturais para seu desenvolvimento. Há um conjunto de elementos que a pedagogia contemporânea vem desenvolvendo. Alguns vêm do passado; Outros, como os direitos humanos, são sistematizações recentes e cada vez mais decisivas para qualificar a relevância de um sistema educacional. Começaremos com os direitos humanos.

1. Direitos humanos.

Por fim, educamos para promover uma vida decente para todos os habitantes de um país e da humanidade. Existe uma enorme distância entre os postulados nacionais e internacionais que protegem os direitos humanos e seu cumprimento nas políticas sociais e econômicas, na conduta de governantes e governados. Diferentes tipos de discriminação e violações permanentes dos direitos humanos continuam. Em maior ou menor grau, não há país imune a tais violações. Educação para o respeito aos direitos humanos significa incluí-los durante todo o processo educacional, independentemente do conteúdo geral do currículo.

2. Solidariedade.

É um dos valores mais importantes para o exercício do esforço coletivo em cada uma das atividades sociais, no campo da ciência, estudo, trabalho e produção. Seu exercício permanente no processo educacional não requer mais fundamentação. Mas devemos fazer um grande esforço para combater a campanha neoliberal em favor do individualismo, que é a negação da solidariedade. A educação democrática rejeita qualquer tendência discriminatória ou de segmentação. Considera, como o relatório da UNESCO "Educação encerra um tesouro", aponta que a educação é um bem coletivo.

3. liberdade.

No reino da necessidade que domina milhões de seres humanos; em um mundo dominado pela globalização baseado em desigualdades econômicas, sociais e culturais; e quando a manipulação da informação perverte a comunicação entre os seres humanos, a prática da liberdade permanece apenas aspiracional. Muito mais quando o neoliberalismo confunde a liberdade humana com a do mercado, portanto com a liberdade que alguns têm de gerenciar a realidade de acordo com seus interesses particulares. A escola pode promover a conscientização da liberdade, promovendo o conhecimento da realidade e dos problemas sociais.

4. Ciência-humanismo-tecnologia.

É uma propagação inseparável da educação integral do homem. O tratamento de ambos os elementos como antagônico produz homens unilaterais, com uma visão parcial do mundo e do próprio homem. Será um grande avanço concatenar os dois elementos no processo educacional.

5. Ecologia e desenvolvimento sustentado.

O desenvolvimento como um direito de todos é concebido como a necessidade de cuidar do meio ambiente e promover o desenvolvimento a longo prazo sem destruir as chances de vida das gerações futuras; e essas possibilidades da vida futura têm, na força da natureza, uma de suas fontes fundamentais. A educação pode - e deve - contrariar a tendência doentia, fortalecida por muitos séculos, de depredação do meio ambiente, de redução do escopo da natureza.

6. Interculturalidade e bilinguismo.

Muitas das guerras regionais que ocorrem na Europa Oriental têm, como um de seus componentes, o ódio étnico: costumes e raças diferentes, idiomas e visões de mundo, religiões e tradição histórica, sem a devida compreensão entre os povos. Na América Latina e no Caribe, as diferenças entre majorias e minorias nacionais são inegáveis; mas os processos educacionais ainda não foram adequadamente abordados. O movimento pela educação intercultural bilíngue deve ser arraigado e desenvolvido ao longo do processo educacional. Em alguns países onde a reforma educacional neoliberal está sendo aplicada, no entanto, observa-se sua perigosa redução ao mero cumprimento da formalidade no interesse da economia orçamentária; mas por trás dessa prática "orçamentária" esconde-se uma concepção etnocêntrica em favor do "ocidental", como se não houvesse outras identidades e culturas.

A educação indígena hoje promovida pela ONU-UNESCO constitui um avanço importante para a promoção do respeito pelas minorias, quando no artigo 2, alínea b) da Convenção nº. 169 “Sobre Povos e Trabalho Indígenas” de 1989, a OIT indica a promoção da “plena eficácia dos direitos sociais, econômicos e culturais desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições”. O artigo 28 estabelece: “sempre que variável, os filhos dos povos interessados devem ser ensinados a ler e escrever em sua própria língua indígena ou na língua mais falada no grupo ao qual pertencem.

7. Tolerância e respeito pelas diferenças.

É mais geral que a prática da interculturalidade. Os seres humanos são respeitados em termos de suas idéias e opções de vida, desde que essas opções não signifiquem maus-tratos a outros ou prejuízo à dignidade humana. Quem pratica tolerância também deve fazê-lo quando se trata de interculturalidade.

8. Identidades culturais.

A educação em nossas cidades deve se tornar uma ferramenta para construir nossa própria cultura, prosperando, em permanente assimilação e mudança. Educar para que as identidades nacionais não destruam identidades específicas, tão legítimas quanto essas.

9. Progresso e desenvolvimento social.

Não é a modernidade que o neoliberalismo promove, consistindo em promover a libertação de todas as liberdades humanas pelo mercado livre como o "motor" do desenvolvimento. Progresso como avanço material e espiritual; e o desenvolvimento social como promoção da vida humana, dão ao processo educacional o horizonte necessário.

10. Patriotismo e soberania nacional.

Eles são conteúdo cívico atual, tanto nos países mais desenvolvidos quanto naqueles que ainda estão a caminho de construir sua nação.

O chauvinismo e a xenofobia devem ser evitados no processo de educação patriótica. Por outro lado, o patriotismo é mais do que apenas a defesa do território. Avança em direção à soberania nacional como uma defesa do direito de cada país de decidir sobre seu próprio destino; promover seu próprio desenvolvimento autônomo e auto-sustentável; defender seus recursos naturais e humanos. A grande maioria dos países americanos carece de tais impostos.

11. participação democrática.

Diante do centralismo que prevalece nos sistemas educacionais de nossos povos e que o neoliberalismo se acentua por meio de sua "descentralização", precisamos colocar em prática a participação democrática de nossos alunos e pais no processo educacional, dentro da estrutura da políticas gerais de participação lideradas pela população organizada; e com base também em uma política educacional nacional. O centralismo só pode ser atacado e superado com a prática da participação democrática, isto é, da capacidade de tomar decisões em cada nível local ou regional, sem promover a desintegração do nacional. A "descentralização" e a "participação" que promove o neoliberalismo no México, Peru, Argentina, etc., são para transferir gastos educacionais para a comunidade.

VI Direção Administrativa da Escola

A formação dos valores educacionais depende, em grande parte, da forma e do conteúdo da administração da escola, de sua organização e exercício da autoridade administrativa, das relações internas e externas que ocorrem. No fundo, estão a concepção e os métodos de administração escolar, relacionados à administração educacional que o estado fornece.

Existe uma forma tradicional, autoritária e empírica, rotineira e conservadora de administração escolar. É uma concepção que chegou ao fim, embora suas práticas ainda estejam sendo sentidas em quase todos os países americanos.

Diante da crise do sistema educacional e, portanto, de sua concepção administrativa, o neoliberalismo está impondo a concepção gerencial-empresarial da administração escolar, de acordo com sua visão comercial de educação. Para essa concepção, a administração da escola tem pouco a ver com o pedagógico, uma vez que o diretor-gerente não precisa ser pedagogo. Até o professor da sala de aula torna-se um facilitador técnico da aprendizagem, hábil em aplicar metodologias para o "ensino ativo". A administração da escola que defende o neoliberalismo procura transformar o centro educacional em uma entidade autofinanciada, de modo que a principal motivação de quem o administra esteja relacionada à geração de "recursos próprios". O professor da sala de aula é um trabalhador que deve se adaptar ao mercado livre.

Diante da crise do modelo tradicional de administração escolar e diante do modelo educacional neoliberal, reunimos a rica tradição da pedagogia moderna e as experiências dos sistemas educacionais avançados, bem como as experiências da educação popular em nossa América, indicar elementos de gestão administrativa da escola.

1. A escola do trabalho.

Significa a projeção da escola na vida da sociedade para o treinamento de produtores e cidadãos livres. Sua organização não é de isolamento, mas de inserção no ambiente social; não sua adaptação, mas sua transformação.

2. Relação permanente entre teoria e prática.

A organização e administração da escola devem levar à coleta de experiências práticas, sistematizando-as com a teoria e aplicando-as. Isso requer meios, espaços adequados, módulos de laboratório, campos de experimentação; em suma, uma nova relação entre a escola e o meio ambiente.

3. Liderança coletiva e democrática.

Diretores, professores, estudantes, organizações do ambiente em que a escola está localizada constituirão uma unidade para a tomada de decisões fundamentais; participação democrática que influenciará o funcionamento de toda a estrutura escolar, dando a imagem real de uma comunidade dinâmica e fraterna, capaz de gerar políticas educacionais.

4. Processo coletivo de ensino-aprendizagem.

Programação e organização de disciplinas de ensino para professores e alunos interagirem no processo, longe do verticalismo da velha escola.

5. Relacionamento interdisciplinar.

Sem prejuízo das especialidades de ensino, a escola deve promover a unidade do conhecimento, a integração de disciplinas, a influência mútua de especialidades científicas, humanísticas e tecnológicas.

6. Coeducação para todos.

A educação unificada dos sexos deve ser uma obrigação implícita como ferramenta educacional para a igualdade de direitos entre homens e mulheres; mecanismo de direitos democráticos para as mulheres. A coeducação ainda não está totalmente desenvolvida e sua ausência significativa reflete a forte presença de elementos conservadores na educação de muitos países da América e do Caribe.

7. Autodesenvolvimento pessoal e coletivo.

Na realidade, educamos - ou devemos educar - para que as pessoas adquiram a capacidade de continuar se educando, desenvolvendo-se pessoalmente e contribuindo para o autodesenvolvimento de outras pessoas. Nesse sentido, a organização e administração das escolas facilitarão as atividades de autodesenvolvimento.

VII O sistema escolar

Os sistemas escolares foram recompostos em muitos países do mundo, é claro na América. O Banco Mundial tem orientado reformas na estrutura dos sistemas escolares, priorizando a educação primária em países subdesenvolvidos, buscando a universalização nesse nível. Sua reforma, no entanto, força a desprofissionalização dos professores e tributa fortemente os pais.

Mudanças nos sistemas escolares, isto é, na estrutura organizacional de um sistema educacional, são irrelevantes se não obedecerem a princípios, objetivos e fins significativos.

No mundo de hoje, a Educação Inicial é avaliada, sem exceções, como base de treinamento para garantir um treinamento melhor e completo e uma escolaridade significativa posteriormente. Onde existem diferenças, às vezes muito graves, é no nível básico, entre aqueles que consideram o ensino primário o nível básico; entre aqueles que estendem o ensino médio ao ensino médio; e entre aqueles que propõem o desaparecimento da Primária e da Secundária para substituí-los por um mais básico. Um nível pós-secundário também é discutido.

Os sistemas escolares de hoje têm uma estrutura semelhante. Todos tentam adaptar o sistema escolar às necessidades nacionais ou à sua concepção educacional. Sobre isso, é arriscado elaborar diretrizes válidas ou válidas para todos os países. Porém. Devemos lembrar que, além da educação regular, devemos considerar a educação de adultos, modalidades de educação especial, educação a distância e outras formas de educação fora da escola usando tecnologias de comunicação.

De nossa parte, propomos a introdução de um subsistema nacional de educação para todos os programas, utilizando os mais variados instrumentos de comunicação, sobre os problemas da ecologia, a disseminação da cultura, a defesa dos direitos humanos, a defesa civil, saúde coletiva, esportes e recreação, etc.

Os sistemas escolares renovados devem totalizar-se, pois devem abranger todos os elementos da educação e cultura; articulado, o que significa inter-relação de níveis e graus em toda a sua estrutura; flexível, permitindo que as alterações necessárias sejam feitas no processo de inscrição; funcionais, de forma que atendam ao projeto de desenvolvimento global de cada país e às necessidades da população.

VIII Condições

1. A cena da América é variada em sua natureza original e em sua cultura. A riqueza que ela contém permite que a imaginação criativa se desenvolva para educar as crianças e tornar a escola um espaço atraente, como evidenciado por inúmeras experiências na educação popular.
2. Para desenvolver uma educação democrática em nossa América, é necessário, no entanto, produzir mudanças fundamentais no exercício do poder do Estado, em sua administração, na administração da economia e da mídia. Sem estados e sociedades democráticas, a educação democrática não pode existir ou se desenvolver. O obstáculo mais difícil atualmente é a estratégia neoliberal que reduziu os direitos sociais relacionados à educação, saúde e previdência social.
3. Somente com profundas mudanças na educação a crise atual pode ser superada. Precisamos de uma reforma educacional abrangente em cada país e que não fique apenas no currículo, metodológico e administrativo.
4. Uma condição substancial para o desenvolvimento de uma reforma educacional democrática é a validade da escola pública como direito à educação e a obrigação do Estado, sua modernização e renovação, com seu conteúdo histórico, político, econômico, cultural e pedagógico. Sem uma escola pública, não será possível desenvolver oportunidades iguais para todos, nem será possível enfrentar a onda de privatização do neoliberalismo.
5. A defesa da profissão docente como carreira pública é outra condição para garantir uma nova educação, uma vez que o neoliberalismo decidiu destruí-la, começando com uma crítica contundente ao ensino empobrecido da América Latina e do Caribe, minando e menosprezando-o para justificar a redução de remunerações em termos reais.
6. Sabemos que apenas um amplo movimento de defesa da escola pública e a busca de uma alternativa de educação democrática poderão viabilizar a mudança, a mudança de rumo na educação de nossos povos. Essa consciência deve ser gerada em nossos povos americanos. Professores, jovens, intelectuais democráticos fazem parte das forças sociais e políticas que devem se engajar em uma luta que, para seus grandes objetivos, será longa e complexa, sujeita à forte pressão exercida pela globalização dos monopólios e seus interesses. organizações internacionais.

IX Perfil de Ensino

Os professores americanos estão sujeitos a diferentes condições econômicas e sociais, dependendo de pertencerem ao mundo desenvolvido dos Estados Unidos. EUA e Canadá; ou pertencemos a países subdesenvolvidos.

Em primeiro lugar, a formação de professores, seus componentes e seu processo devem ser abordados. O pressuposto da inutilidade do professor diante do desenvolvimento da cibernética e dos modernos processos de transmissão de idéias, textos etc. não é nada sério. A preparação dos professores continuará sendo uma necessidade para as sociedades futuras. O que mudará será seu perfil, seus componentes, mas não seu papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem.

Concebemos a formação de professores em três níveis:

1o) o nível de cultura geral para todos os professores, que inclui conhecimento e compreensão dos fenômenos naturais, humanos, culturais, científicos e tecnológicos, incluindo a cibernética e seu desenvolvimento para o gerenciamento de informações; nesse sentido, o professor deve conhecer os dados fundamentais da geografia e história do mundo e de seu país; as ciências naturais e os elementos básicos da matemática, artes e literatura, processos tecnológicos, psicologia e filosofia; isto é, precisamos de um professor com a formação cultural mais sólida possível para enfrentar os grandes desafios do que já é chamado de "sociedade do conhecimento";

2o) o nível de formação pedagógica comum a todos os professores, independentemente da sua especialidade, o que significa um conhecimento aprofundado da Pedagogia em geral, métodos gerais e pesquisa científica, ciências auxiliares da Pedagogia, psicologia pedagógica, etc; de tal maneira que o futuro professor conheça os fundamentos de sua profissão;

3o) o nível de treinamento especializado, que inclui prática suficiente na especialidade correspondente; portanto, nesse nível de treinamento, ocorre a diferença profissional.

A formação de professores deve ser de nível universitário e não, como o neoliberalismo a concebe, como mera técnica de transmissão ou facilitação da aprendizagem. A formação universitária do novo professor, sendo uma necessidade, deve, no entanto, ser flexível, de modo que seja possível treinar professores indígenas e outras minorias culturais que trabalham em sua própria realidade, que educam seu próprio povo, para não produzir segmentação. entre eles e os outros grupos étnicos, ou entre eles e os mestiços ou "brancos", mas para facilitar o processo educacional e a reavaliação dos elementos culturais de cada cidade. Em relação às características do professor, o próprio perfil, concebemos como os mais significativos:

- 1) sólida formação profissional e focada no conhecimento científico de sua realidade e dos sujeitos de sua competência;
- 2) compromisso permanente com os problemas do seu país e da população;
- 3) compromisso com os esforços para a transformação de realidades injustas e a criação de uma ordem social justa;
- 4) respeitoso das crianças e jovens e falsificador deles em consciência da dignidade e na luta por um mundo melhor;
- 5) motorista e organizador de seu povo para melhorar suas condições de vida e conquistar seus direitos;
- 6) comportamento democrático dentro e fora da escola;
- 7) honestidade e amor à verdade, sem cujo exercício o fanatismo irracional leva a erros na prática do ensino.

O tipo de escola que cada país possui se reflete na classe dos professores, em seu comportamento em relação às crianças.

O novo professor sempre procurará que a criança desenvolva sua própria força desde os primeiros anos, para conquistar o que alguns pedagogos chamam de "independência cognitiva"; moldar sua personalidade por meio de uma educação harmoniosa e multilateral, para que as crianças aprendam a

enfrentar novos problemas e resolvê-los, durante seus dias de escola e depois. Somente um professor persuadido de sua missão e treinado adequada e suficientemente pode tornar possíveis essas realizações.

Em cada um de nossos países, existem paradigmas e modelos de professores que devemos exaltar, valorizar e apresentar às novas gerações.

X. Procurando um destino comum

Os americanos estão destinados a conquistar a unidade de ideais com base na justiça, democracia, igualdade e respeito mútuo. Todo país americano tem valores transcendentais que vêm do passado. São esses valores que devemos destacar para superar as forças que tornam impossível a união; também nossas tradições nacionais e populares, o legado da humanidade e a aplicação criativa dos avanços científicos e tecnológicos.

Os documentos e investigações do processo IDEA foram realizados graças à contribuição de:

Federação dos Professores da Colúmbia Britânica

Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (Programa Hemisférico)

A Organização dos Estados Americanos

(Unidade de Desenvolvimento Social e Educação)

CoDevelopment Canada

Federação Canadense de Professores

Federação dos Professores das Escolas Secundárias de Ontário

Anfitriões de conferência da IDEA:

União Nacional de Educadores do Equador (UNE)